



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO
COMISSÃO DE REGIMENTO INTERNO E PROCEDIMENTOS

Comissão de Regimento Interno e Procedimentos

Ata da reunião realizada no dia 06 de maio de 2019.

Aos 06 (seis) dias do mês de maio do ano de dois mil e dezenove, no gabinete da Vice-Presidência, às onze horas, sob a presidência do Desembargador Lourival de Jesus Serejo Sousa, e na presença dos Desembargadores Cleones Carvalho Cunha e José Bernardo Silva Rodrigues, membros desta comissão, reuniu-se a Comissão de Regimento Interno e Procedimentos para apreciar e decidir as seguintes matérias em pauta:

01) Processo nº. 58539/2018, em que a Dra. Diva Maria de Barros Mendes – Diretora do Fórum do Termo Judiciário de São Luís e Juíza Titular do 13º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo de São Luís, propõe a alteração da Resolução nº 61/2013, que estabelece a área de abrangência dos Juizados Especiais e das Relações de Consumo, da Comarca de São Luís, no sentido de excluir da área de abrangência do 13º Juizado o bairro “Vila Sarney Filho” para ser direcionado à área de abrangência do município de São José de Ribamar, bem como o deslocamento do bairro “Vila Sarney” da jurisdição do 5º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo de São Luís para o 13º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo de São Luís; a comissão, unanimemente, manifestou-se pela aprovação da proposta, de acordo com a Decisão do Corregedor-Geral da Justiça (DECISÃO-GCGJ-1542019), e nos termos do voto do relator Desembargador Lourival Serejo.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO
COMISSÃO DE REGIMENTO INTERNO E PROCEDIMENTOS

Comissão de Regimento Interno e Procedimentos

Ata da reunião realizada no dia 06 de maio de 2019.

02) Processo nº. 16758/2018 (Processo nº 24442/2019 - apenso), no qual o Dr. Rodrigo Maia Rocha – Procurador-Geral do Estado, apresenta proposta de alteração do Regimento Interno com relação à competência para processar e julgar ação rescisória ajuizada em face de decisão proferida por juízo ou Turma Recursal que aplique o rito da Lei nº 12.153/2009, inserindo no rol de competências deste Tribunal o processamento e julgamento de ações rescisórias ajuizadas contra sentenças proferidas por juízos que se investem de competência de Juizados Especial da Fazenda Pública; a comissão, unanimemente, manifestou-se pela rejeição da proposta, de acordo com a manifestação do Corregedor-Geral da Justiça e nos termos do voto do relator Desembargador Lourival Serejo.

03) Processo nº. 7947/2019, no qual o Desembargador José Joaquim Figueredo dos Anjos – Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, apresenta proposta de resolução que cria a Coordenadoria de Processos Judiciais Eletrônicos – COORDPJE; a comissão, unanimemente, manifestou-se pela aprovação da proposta, nos termos do voto do relator Desembargador José Bernardo Silva Rodrigues.

04) Processo nº. 7459/2019, no qual o Desembargador Marcelo Carvalho Silva, Corregedor Geral da Justiça, apresenta proposta de alteração do inciso VI, do art. 3º, da Resolução 25/2008 que regulamenta as autorizações para juízes residirem fora das respectivas comarcas; a comissão, unanimemente, manifestou-se pela aprovação da proposta nos termos do voto do relator Desembargador José Bernardo Silva Rodrigues.

W.M.F. Rodrigues



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO
COMISSÃO DE REGIMENTO INTERNO E PROCEDIMENTOS

Comissão de Regimento Interno e Procedimentos

Ata da reunião realizada no dia 06 de maio de 2019.

05) Processo nº. 8076/2019 (Processo nº 37083/2018), no qual o Dr. Cristiano Simas de Sousa – Juiz Auxiliar da Presidência, propõe a alteração da Resolução 47/2018 que dispõe sobre treinamento dos **secretários judiciais**; a comissão, unanimemente, manifestou-se pela aprovação da proposta nos termos do voto do relator Desembargador Cleones Carvalho Cunha.

06) Processo n.º 10823/2019, no qual o Desembargador José Luiz Oliveira de Almeida apresenta minuta de Portaria que cria, no âmbito do Tribunal de Justiça do Maranhão, carta de serviços, em face do que prescreve o código de defesa do usuário do serviço público (Lei 13.460/2017); a comissão, unanimemente, manifestou-se pela aprovação da proposta nos termos do voto do relator Desembargador Cleones Carvalho Cunha.

07) Processo nº. 49102/2017 (EXTRA PAUTA), no qual o Desembargador Tyrone José Silva, a época, Presidente da Turma de Uniformização de Interpretação de Lei do Sistema de Juizados Especiais do Maranhão, apresenta proposta de alteração do *caput* do artigo 93 da Resolução 51/2013 que trata do Regimento Interno das Turmas Recursais e da Turma de Uniformização de Interpretação de Lei do Sistema de Juizados Especiais do Maranhão; incluído em pauta a pedido do relator; a comissão, por unanimidade, após apresentação do voto do relator Desembargador José Bernardo Silva Rodrigues, manifestou-se pela rejeição da proposta.



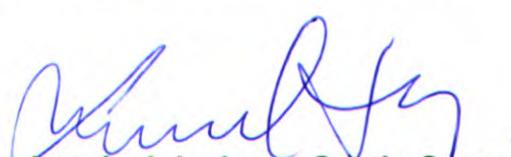
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO
COMISSÃO DE REGIMENTO INTERNO E PROCEDIMENTOS

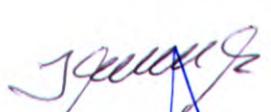
Comissão de Regimento Interno e Procedimentos

Ata da reunião realizada no dia 06 de maio de 2019.

08) Processo nº. 39537/2018 (EXTRA PAUTA), no qual o Desembargador Marcelo Carvalho Silva, Corregedor-Geral da Justiça, propõe a criação de uma Comissão de Constituição e Justiça no âmbito do Tribunal de Justiça do Maranhão, incluído em pauta a pedido do relator; a comissão, por unanimidade, após apresentação do voto do relator Desembargador José Bernardo Silva Rodrigues, manifestou-se pela rejeição da proposta.

Do que para constar, foi por mim, Danielle Mesquita de França Sousa, designada secretária *ad hoc* da Comissão, lavrada a presente ata, depois de lida e achada conforme, vai por todos assinada.


Des. Lourival de Jesus Serejo Sousa
Presidente


Des. José Bernardo Silva Rodrigues
membro


Des. Cleones Carvalho Cunha
membro


Servidora Danielle Mesquita de França Sousa
Secretária Designada